

# A FARDA SIMBÓLICA: DIÁLOGOS ENTRE PERFORMATIVIDADE E DISCIPLINA

THE SYMBOLIC UNIFORM: DIALOGUES  
BETWEEN PERFORMANCE AND  
DISCIPLINE

EL UNIFORME SIMBÓLICO: DIÁLOGOS  
ENTRE PERFORMATIVIDAD Y  
DISCIPLINA

DOI: 10.5935/2177-6644.20200006

**Daniela Cecília Grisosi \***

**Resumo:** O objetivo central deste trabalho é traçar um diálogo intertextual entre os conceitos de poder disciplinar para Foucault e performatividade para Butler, relacionando-os aos relatos de experiências laborais de mulheres policiais militares. Compreendemos que as mulheres policiais performam de acordo com uma imagem social proposta pela instituição Polícia Militar através de uma internalização da disciplina, a qual denominamos como farda simbólica. Esta performatividade da farda simbólica é composta pelo ideal de viver pela profissão, ou seja, ser policial em todos os momentos da vida, não destituindo-se da farda.

**Palavras-chave:** Mulheres policiais. Poder disciplinar. Performatividade. Polícia Militar.

**Abstract:** The main objective of this work is to trace an intertextual dialogue between the concepts of disciplinary power for Foucault and performativity for Butler, relating them to the reports of the military police women's work experiences. We understand that police women perform according to a social image proposed by the Military Police institution through an internalization of the discipline, which we call a symbolic uniform. This performativity of the symbolic uniform is composed of the ideal of living by profession, that is, being a police officer at all times in life, without losing the uniform.

**Keywords:** H Police women. Disciplinary power. Performativity. Military police.

**Resumen:** El objetivo principal de este trabajo es trazar un diálogo intertextual entre los conceptos de poder disciplinario para Foucault y performatividad para Butler, relacionándolos con los relatos de las experiencias laborales de las mujeres policías militares. Entendemos que las mujeres policías actúan de acuerdo con una imagen social propuesta por la institución de la Policía Militar a través de una interiorización de la disciplina, lo que llamamos uniforme simbólico. Esta performatividad del uniforme simbólico está compuesta por el ideal de vivir de profesión, es decir, ser policía en todo momento de la vida, sin perder el uniforme.

**Palabras clave:** Mujer policia. Poder disciplinario. Performatividad. Policia militar.

\* Mestra em Psicologia pela Universidade Estadual do Londrina – UEL. Psicóloga vinculada à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro (Paraná). E-mail: [grisoskidaniela@gmail.com](mailto:grisoskidaniela@gmail.com)

## Introdução

Pode-se dizer que as instituições militares são historicamente disciplinares. Sobre isso, Foucault (2004), ao analisar as formas de funcionamento do Exército francês a partir da segunda metade do século XVII, destaca que neste período começou-se a instaurar uma noção de disciplina, a qual passou a envolver esta instituição e, posteriormente, demais instituições militares, aproximando-se dos modelos conhecidos atualmente em diversos contextos, inclusive no Brasil. Segundo este autor, a disciplina não se caracteriza enquanto uma instância única, mas como um conjunto de métodos e estratégias específicas que visam promover determinado modo de organização e funcionamento de uma sociedade e instituições que a compõe.

As estratégias disciplinares que passaram a constituir o Exército da França no século XVII se tratavam de um formato institucional que era tido enquanto uma técnica de distribuição espacial dos indivíduos dentro do âmbito da instituição, buscando que a eficácia desses sujeitos fosse maior, destacando-se como “técnicas de gestão de homens” (FOUCAULT, 2008a, p. 61).

Mendes (2006), desenvolvendo discussões sobre disciplina, tal como proposto por Foucault, enfoca que esta tende a produzir leis e regularidades predominantes, atuando diretamente nos corpos dos sujeitos. Segundo o autor:

Para Foucault, o corpo é ao mesmo tempo uma massa, um invólucro, uma superfície que se mantém ao longo da história. Sintetizando, pode-se dizer que, para Foucault, o corpo é um ente, composto por carne, ossos, órgãos e membros, isto é, matéria, literalmente um lócus físico e concreto. Essa matéria física não é inerte, sem vida, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares [...] que sofre a ação das relações de poder que compõem tecnologias políticas específicas e históricas (MENDES, 2006, p. 168).

A disciplina é, assim, desenvolvida e aplicada como: “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2004, p. 118). A atuação da disciplina sobre os corpos pauta-se na ideia de que sujeitos podem ser treinados, aperfeiçoados, controlados enfim, disciplinados, a partir das normas impostas em um contexto.

Para Foucault (2004) a produção de técnicas disciplinares se opera através de uma vigilância hierárquica. Ou seja, para que sejam disciplinados, os sujeitos são constantemente vigiados. Essa é uma maneira coercitiva de fazer com que indivíduos desenvolvam comportamentos, gestos, atividades, entre outros, de acordo com normas e regulamentos institucionais.

Em uma instituição disciplinar, como é o caso das instituições militares, esta vigilância

hierárquica e coercitiva atua até o ponto de não se tornar mais necessária, quando esses atos disciplinares são internalizados pelos indivíduos. A disciplina é produzida pela interiorização de normas o que, não necessariamente, requer a figura física de algo ou alguém (FOUCAULT, 2008a).

Corpos disciplinados, são, portanto, corpos sujeitados. Butler (2018) tomando como referência o pensamento foucaultiano, discorre sobre como a sujeição se apresenta através do corpo:

A sujeição é literalmente, a feitura de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente age sobre determinado indivíduo como forma de dominação, mas também ativa ou forma o sujeito (BUTLER, 2018, p. 90).

A autora destaca que os indivíduos são sujeitados às normas sociais, institucionalizações, obrigações, privilégios, entre outros, o que denominou como atos performativos. Com isso, compreende-se que os corpos, gestos, comportamentos dos indivíduos, ou seja, as formas de ser em geral, são produzidos a partir de uma regulação socialmente constituída a qual ocorre durante toda a vida das pessoas.

À vista disso, no presente artigo objetivamos traçar um diálogo intertextual entre os conceitos de poder disciplinar para Foucault (2004) e performatividade para Butler (2019), articulando-os aos relatos de experiências laborais de mulheres policiais militares. Este artigo é baseado em uma pesquisa de mestrado no campo da Psicologia que já foi finalizada, a qual ocorreu entre os anos de 2018 e 2020, cujo objetivo se pautou em compreender a produção de subjetividade de mulheres atuantes na Polícia Militar do Paraná (PMPR), através de entrevistas semi dirigidas, que foram realizadas com seis participantes e, posteriormente, analisadas qualitativamente. Todas as mulheres que foram entrevistadas pertenciam a mesma patente institucional (soldado), eram de classe média, brancas e possuíam ensino superior completo.

Neste artigo, tomaremos como referência alguns trechos das falas de três das entrevistadas que contribuíram com a produção da pesquisa, analisando-os de acordo com nosso objetivo. Neste sentido, esse texto busca ampliar debates já realizados na dissertação e contribuir para o campo de discussão no que diz respeito às formas de viver de mulheres policiais militares e suas relações com seus contextos laborais, visto que sujeitos vão elaborando e performando suas vidas através dos contextos sociais aos quais se encontram, e vão interferindo/transformando estes contextos.

A partir disso, analisaremos alguns conteúdos das entrevistas levando em consideração a imagem social proposta pela instituição Polícia Militar, e a questão de gênero que também é

atrelada implicitamente aos valores institucionais.

### **A internalização da farda**

Tomando como referência as técnicas disciplinares propostas por Foucault (2008a), o autor destaca que estas administram a vida dos sujeitos impondo normas e padrões de comportamentos que devem ser seguidos, produzindo um discurso que é tido como uma verdade em um campo social. A construção desses discursos pode ser vista como uma forma de poder.

O poder, por sua vez, se encontra presente nas relações sociais, propondo formas de saber e de verdade em um tempo histórico (FOUCAULT, 1999), existindo, desta forma, relações de poder e não um poder absoluto. Estas relações se constituíram por meio de mecanismos disciplinares, denominados como poder disciplinar. Esse poder, a partir do século XVIII, começou a percorrer os meios sociais, manifestando-se através da regulação dos indivíduos e das instituições.

[...] o indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação "ideológica" da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a "disciplina". Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade, o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 2004, p. 161).

Vicente (2015) ressalta que o poder disciplinar não atua somente como uma prática coercitiva de repressão, mas também como um mecanismo de produção, pois são a partir das relações de poder existentes nas mais diversas instituições que as práticas sociais se revelam, estando diretamente ligadas à produção de subjetividade dos indivíduos.

Foucault (2008b), propõe que o poder é relacional, perpassando os níveis macro e microsocial de um contexto histórico e não em uma forma fixa, atuando através de práticas sociais compostas historicamente, por exemplo, em relações entre sujeitos, famílias, instituições, contextos de trabalho, entre outros; estando nas mais diversas esferas sociais "[...] já que poder é a força que constitui os sujeitos e que está presente em toda a sociedade" (NARDI, 2006, p. 25).

As relações de poder interligam-se às formas de saber, que também são socialmente constituídas, havendo, portanto, relações de saber-poder. O saber é um campo que articula os sujeitos aos jogos de verdade estabelecidas e legitimadas em determinado contexto social por práticas dominantes. Esses jogos de verdade são denominados como conjuntos de princípios que constituem o que são ou não vistos socialmente como corretos. São as construções de lógicas específicas para um funcionamento social, efeitos de relações de saber-poder existentes em cada conjuntura, a partir de regras, normas de condutas e dispositivos. A ideia

de verdade condiz com as formas com que os sujeitos governam uns aos outros e também governam a si mesmos (FOUCAULT, 2013).

Tendo como ponto de partida o funcionamento das instituições militares, compreende-se que, por se tratarem de instituições rigidamente voltadas aos mecanismos disciplinares, os sujeitos que delas fazem parte acabam tendo suas formas de vida perpassadas por essas lógicas. Pensando na PMPR e, especificamente nos relatos das mulheres que participaram da pesquisa que este artigo toma como referência, notamos que essas policiais construíam suas vivências de acordo com os ideais do campo social a qual passam grande parte de seu tempo, o contexto laboral. Assim, ressaltamos que a produção de um sujeito policial militar está intimamente ligada à ideia de poder disciplinar.

Para Foucault (2004) sujeitos são instruídos a seguirem métodos disciplinares para que estabeleçam seus modos de viver a partir do que é considerado como socialmente aceitável em um contexto. Esses métodos ocorrem até o momento em que os sujeitos não precisem mais deles, havendo uma internalização da disciplina. Sobre isso, Rose1, uma das entrevistadas, destacou:

[...] o militarismo é muito de hierarquia, então nós enquanto soldados somos mandados o tempo todo, então acima de nós tudo vem do comando, nós não fazemos nada, como “ah, vou fazer o que eu quero”, não, é tudo abaixo de uma ordem (ROSE, 34 anos, soldado, 2019).

Compreendemos que a entrevistada, a partir de suas vivências no contexto laboral, se produziu como uma policial militar, reconhecendo-se como tal nas demais esferas de sua vida, não apenas no contexto de trabalho. Esse movimento pode estar ligado à sensação de pertencimento à instituição, pois assim é reconhecida pelo coletivo institucional como uma igual, além de ser reconhecida socialmente como uma policial, o que contribui para a reconstrução de seu jeito de ser e estar no mundo. Rose, argumentando sobre suas experiências pessoais, comentou sobre o que reconhecemos com uma internalização da disciplina:

[...] você tem que pensar, tem que ficar atento às pessoas à sua volta, você pode estar em um mesmo ambiente em que uma pessoa que você já prendeu, você está num shopping... eu posso ver um cara que eu já prendi aqui, e não sei qual é a intenção dele comigo, então tem que ficar muito atenta com isso.

A entrevistada disse que desenvolvia funções ligadas a profissão mesmo que não está trabalhando, ressaltando que é uma policial em todos os momentos de sua vida, ou seja, internalizou mecanismos disciplinares. Com esta internalização da disciplina, enfatizamos a existência de uma farda simbólica, a qual não se destitui.

Esta percepção se fez ainda mais evidente no momento antes do início formal da entrevista. Como a entrevista ocorreu em um lugar público, a praça de alimentação de um

shopping, por escolha dela, a entrevistada pediu para sentar de frente às pessoas que passavam pelo local, para que, segundo ela, ficasse “de olho em tudo”, exercendo uma vigilância constante sob as pessoas enquanto estávamos naquele local. Cabe ressaltar que a participante não estava de serviço na ocasião da entrevista. Essa vigilância constante pode estar ligada à apropriação de uma farda simbólica, sendo um efeito da internalização da disciplina a partir das experiências na Polícia Militar.

Uma segunda entrevistada, Franciele, ao falar sobre suas experiências no trabalho, destacou:

[...] mesmo depois que se aposenta, é como se você continuasse sendo policial, você não deixa de ser policial. Você aposentado eu acredito que seja diferente, mas você ainda vai realizar quase as mesmas coisas, aquele dever de segurança, aquela vontade de inibir a criminalidade, vai continuar em você (FRANCIELE, 36 anos, soldado, 2018).

Sua fala deixa antever uma possível articulação entre a internalização do poder disciplinar e a forma como ela se reconhece em uma sociedade, neste caso, descrito pela participante como um “dever de segurança”. Além do mais, Magalhães-Pinto e Codo (2006) salientam que há a construção de expectativas sociais em relação às ações da Polícia Militar, associando o trabalho de policiais à força, ostensividade, repressão de sentimentos, violência, rigidez, entre outros. Policiais, então, assumem-se enquanto devendo corresponder à estas expectativas sociais, podendo ser criticados por quem os julgam ineficientes já que “[...] a imagem do policial militar então é construída com base no papel histórico da instituição, na ambivalência de sua missão institucional e na associação de suas marcas com atos violentos” (p. 231). Dessa forma, “[...] há um papel social a ser desempenhado pelo policial militar e isso influencia como o policial militar perceberá a si mesmo e como sentirá que o outro o percebe” (p. 241).

Com isso, com a internalização da disciplina, e, conseqüentemente, de uma farda simbólica que faz com que policiais assumam suas posições de trabalho em todos os momentos de suas vidas, há, também, o compromisso com uma expectativa social que deve ser cumprido para que os mesmos sejam reconhecidos como parte do coletivo ao qual pertencem. Ao assumir esse compromisso, há a existência de uma performatividade que se dá a partir da associação de todos esses fatores. É sobre esse ponto que iremos desenvolver o tópico a seguir.

### **Performando a disciplina**

A teórica Judith Butler (2019) utiliza o conceito de performatividade para designar a constituição dos corpos dos sujeitos. Por performatividade, denomina-se a formação de um corpo compreendida através da cultura de um período, produzindo-se através de convenções

sociais e culturais, que dão significado às experiências dos sujeitos. “[...] performatividade não é um ato singular, mas uma repetição e um ritual, que realiza seus efeitos através da sua naturalização no contexto no qual o corpo é compreendido, em parte, como culturalmente sustentado na duração temporal” (BUTLER, 2019, p.15).

Para a autora, corpos são produzidos culturalmente, a partir da repercussão constante de determinado discurso dominante presente nas práticas cotidianas, através de ações repetidas, as quais foram chamadas de performatividade.

Butler (2019) utiliza seus estudos acerca da performatividade para articular com a denominação do conceito de gênero, afirmando que gênero é uma identidade fragilmente constituída ao longo dos anos a partir de atos performativos, ou seja, uma repetição de normas e atos que constituem e regulam os corpos. Assim, “[...] o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, uma classe natural de ser” (BUTLER, 2019, p. 69). As performatividades de gênero não acontecem livremente, pois são atreladas à uma estrutura culturalmente constituída. Dessa forma, “[...] se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2019, p. 21).

O gênero está, assim, interligado à constituição dos sujeitos, que vão se produzindo através de uma repetição de atos estilizados construídos através do tempo, e que podem se modificar de acordo com a cultura e o contexto social. Desse modo, a performatividade dos corpos está associada ao conceito de ideal regulatório. Esse ideal atua a partir de práticas reguladoras sobre os corpos, normatizando-os e voltando-os a categorias previamente definidas, como, por exemplo, o ideal de corpo masculino e feminino. “As normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual” (BUTLER, 2000, p. 111).

Pensando sobre a questão de ideal regulatório em relação à Polícia Militar, Schactae (2016) ressalta que nesta instituição, historicamente, prioriza-se um formato que socialmente é reconhecido como uma categoria denominada como masculinidade, produzindo-se através de discursos dominantes e práticas institucionais. Associando a PMPR a essa noção de masculinidade, é possível afirmar que as instituições militares “[...] reproduzem um ideal de masculinidade que é vinculado a concepção de honra identificadora do militar e dessas instituições” (SCHACTAE, 2016, p. 20).

Entendemos que as mulheres que atualmente fazem parte da PMPR podem ser capturadas pelas lógicas predominantemente masculinas atreladas à essa instituição. Moreira

(2016) destaca que a inserção de mulheres à PMPR na década de 1970, instituição que até então era unicamente masculina, trouxe uma movimentação a esse universo, demonstrando que este é um local passível de reconstituição, iniciando um processo de ruptura com o binarismo de gênero. Neste sentido, ilustramos a fala de uma das entrevistadas:

[...] como todas as profissões, tem coisas que são injustas. Mas, é muito bonita [a profissão], e acho que a maior coisa injusta é a questão do preconceito, por ser uma instituição masculina, mas é isso [...] Então, pelo que a gente vê, tem esse preconceito contra a mulher na instituição, tem em todas as profissões, e como o militarismo é uma instituição que era masculina, agora já não é, porque a mulherada está vindo com tudo, está vindo com força. E a negatividade é isso, é saber que ainda têm gente que pensa que a mulher não é capaz (VANESSA, 37 anos, soldado, 2019).

Na fala, percebemos que ainda há o atravessamento de um binarismo de gênero que atrela a instituição. Narvaz e Koller (2006), compreendem que experiências voltadas à masculinidade possuem privilégios sociais construídos ao longo da história. Ressaltamos que este binarismo de gênero não é um aspecto isolado da Polícia Militar, mas pode ocorrer em distintas instituições através de um discurso social mais amplo.

Ribeiro (2017), afirma que a igualdade de gênero no cotidiano das instituições policiais ainda é cercada por obstáculos simbólicos, ressaltando que há uma perspectiva social de que a Polícia Militar é um nicho essencialmente masculino, acreditando-se que os atributos de policiais, como virilidade e força, são características masculinas.

Rodrigues (2012), tomando como referência o pensamento de Butler, salienta que um corpo não é um dado natural, mas torna-se cultural e institucionalmente produzido. Visto isso, frisamos a ideia de que na PMPR há a produção de corpos de sujeitos em corpos de policiais militares, tendo como ponto principal a normatização de gênero que ocorre na instituição, devendo os sujeitos performarem de acordo com as normas institucionais cristalizadas que perpassam esse contexto, fazendo com que mulheres se constituam e se reconheçam como mulheres policiais militares.

Salientando o conceito de performatividade (BUTLER, 2019), podemos articula-lo ao poder disciplinar (Foucault, 2004), tendo em conta os modos de viver no contexto da Polícia Militar. Ressaltamos a fala de Vanessa:

[...] apesar de a gente ter as companhias e coisa assim, policial não tem rotina [...] porque é uma incógnita (a rotina). E nós somos policiais 24h por dia, não só quando eu estou fardada. [...] Então não tem como dizer se é típico ou atípico, todo dia é dia, pode ser tranquilo ou não. Às vezes, eu passo 6 horas por dia, tem dias que eu tenho que encaminhar e fico 12 horas, faço 6 horas a mais, às vezes pega uma prisão e você tem que encaminhar para a delegacia, para outros órgãos, alguma coisa assim, então é isso aí (VANESSA, 37 anos, soldado, 2019).

Notamos que a fala de Vanessa condiz com a questão da internalização da farda. Ao afirmar que é policial 24h por dia, a entrevistada refere-se a não ter uma rotina fixa de trabalho, o que faz com que ela precise estar pronta para se deslocar e exercer suas funções

laborais a qualquer momento. Associamos sua fala à presença do poder disciplinar em seu contexto de trabalho, visto que se produziu a partir de um campo disciplinar se reconhecendo através dele, ou seja, sempre deve estar pronta para desenvolver funções ligadas à Polícia Militar.

A partir de Butler (2019), podemos articular o conceito de performatividade à farda simbólica da Polícia Militar, visto que trata-se da produção de sujeitos em determinada cultura a partir de um discurso cotidiano dominante. A internalização da farda pode ser vista como atos performativos, haja vista que há um discurso dominante que dispõe sobre uma forma de ser policial a ser seguida, a qual foi comentada pelas mulheres que participaram a entrevista, ou seja, a ideia da disciplina, da vigilância constante, da hierarquia, da coerção, entre outros. Assim, mulheres se produzem como policiais.

É possível, portanto, articulamos o conceito de performatividade ao poder disciplinar descrito por Foucault (2004), levando em consideração que o poder disciplinar atua diretamente na vida e nos corpos dos sujeitos, ensinando-os a seguir as normas de um campo social, nesse caso, disposto sobre a atuação na Polícia Militar.

O corpo disciplinado é o corpo que performa, visto que é produzido a partir de normas, gestos, atos que são rigidamente regulados constantemente durante a vida das pessoas. Uma das entrevistadas, Rose, comentou sobre sua entrada na Polícia Militar. Disse que já havia se graduado no curso de direito, mas escolheu prestar o concurso da PMPR por causa de algumas características da instituição que lhe chamavam a atenção, que seriam: “[...] a forma de se portar, a questão dos cuidados, a própria farda, então foi isso que me chamou a atenção (no militarismo)” (ROSE, 34 anos, soldado, 2019). Com isso, a policial passou a performar de acordo com essas características que, segundo ela, lhe chamavam a atenção, as quais podem ser tidas como reguladoras. Assim, a partir da internalização dessas regulações, Rose passou de ser uma mulher para ser uma mulher policial militar.

Destacamos que policiais que constroem suas vivências em um campo social voltado à disciplina, performam através desses ideais, pois acabam internalizando normas, institucionalizações, obrigações, privilégios, entre outros. Segundo Vicente (2015) um corpo é regido por uma historicidade normativa, que é atrelada a um discurso ideal regulatório, como foi o caso de Rose. Para Butler (2000) “os corpos, na verdade, carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso” (p. 160).

Na Polícia Militar há uma performatividade prevalente que deve ser seguida, qual seja a performatividade da farda, que é regida por um rigor institucional, hierarquia, disciplina, coerção, entre outros. Ou seja, há um perfil de policial militar que, por sua vez, é atrelado a

um ideal de masculinidade predominante que está cristalizado em nossa sociedade, fazendo com que mulheres, e também homens, ligados à PMPR, performem de acordo com este modelo institucionalmente disposto.

### **Considerações Finais**

O objetivo principal deste artigo foi traçar um diálogo entre os conceitos de disciplina para Foucault (2004) e performatividade para Butler (2019), aplicando-os em uma análise de relatos de experiências laborais de mulheres policiais militares, as quais participaram de entrevistas para uma pesquisa de mestrado no campo da Psicologia que ocorreu entre os anos de 2018 e 2020. Assim, o trabalho baseou-se em uma pesquisa já finalizada.

Compreendemos, a partir da análise das entrevistas, que as mulheres policiais performam de acordo com uma imagem social proposta pela instituição através de uma internalização da disciplina, a qual denominamos como farda simbólica.

Esta performatividade da farda simbólica é composta pelo ideal de viver pela profissão, ou seja, ser policial em todos os momentos da vida, não destituindo-se da farda. Isso só possível a partir de um contato contínuo com a farda literal, que, por sua vez, é atrelada às lógicas de funcionamento institucional ligados às estratégias disciplinares. Em outras palavras, os sujeitos são treinados a partir de estratégias que condizem à uma noção de obediência, boa conduta, eficácia, hierarquia e vigilância constante, para que vivam de acordo com as normas institucionalmente estabelecidas nesse local. Com isso, constatamos que a farda literal “cria” a farda simbólica.

Além do mais, a performance da farda simbólica também é composta pela questão de um ideal de masculinidade dominante, voltado a um imaginário de padrão de força, virilidade, bravura, entre outros, que são associados a características masculinas, as quais foram implicitamente cristalizadas na instituição Polícia Militar.

Ressaltamos que as instituições militares brasileiras representam, ao longo da história, uma imagem de grande valor social, que ainda se encontra presente na contemporaneidade. É possível compreender que essas instituições estão intimamente ligadas às relações de poder em um contexto social vigente, a partir da idealização dos sujeitos que as compõe como detentores da segurança, da ordem, da disciplina, sendo, portanto, sujeitos tidos como ideais através da elaboração de uma verdade perpassada por um modelo disciplinar, produzindo, dessa forma, um corpo social que atravessa um contexto por um todo.

Cabe ressaltar que a imagem da Polícia Militar a qual nos foi relatada tem um caráter específico, pois foi produzida por mulheres de dentro da instituição através da interlocução com uma acadêmica pesquisadora.

Para finalizar, nos voltamos à ideia de Butler (2019) que compreende que a repetição de normas a partir de atos performativos acaba por criar a possibilidade de burlá-las. Assim, nos questionamos para pesquisas futuras: quais seriam as estratégias utilizadas por mulheres que performam essa farda simbólica, para burlar essa rígida normatização voltada a um padrão de masculinidade dominante, que está disposto na instituição há tantos anos?

## Referências

- Butler, J.. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In G. L. Louro (Org.), **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.
- Butler, J.. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- Butler, J. (2019). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- Foucault, M.. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Foucault, M.. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004
- Foucault, M.. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008a.
- Foucault, M.. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- Foucault, M.. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- Magalhães-Pinto, R., & Codo, W.. “O trabalho nos faz violentos”. Uma análise dos fatores relacionados com o comportamento violento do policial militar. In W. Codo (Org.), **Por uma Psicologia do trabalho: ensaios recolhidos**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006, p. 216-253.
- Mendes, C. L.. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. **Revista de ciências humanas UFSC**, n. 39, 2006, 167-181. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acessado em: 10 de julho/2020.
- Moreira, R.. **Entre o mito e modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná**. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2016.
- Nardi, H. C.. **Ética, Trabalho e Subjetividade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006
- Narvaz, M. G.; Koller, S. H.. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, 2006, p. 647-654. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>. Acessado em 10 de julho/2020.
- Ribeiro, L.. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, 2017, p. 01-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n143413>. Acessado em: 10 de julho/2020.

Rodrigues, C.. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Saxualidad, Salud y Sociedad**, v. 10, 2012, p. 140-164. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000400007>. Acessado em: 11 de julho/2020.

Schactae, A. M.. “A gloriosa Polícia Militar do Paraná”: e identidade institucional (século XX). In R. Moreira, & A. M. Schactae (Org.), **Gênero e Instituições Armadas**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2016, p. 17-48.

Vicente, L. M. D.. A sujeição performaticamente engendrada: atravessamentos entre os estudos de Judith Butler e os modos de subjetivação em Michel Foucault. **Periódicus**, v. 3, n. 1, 2015 p. 85-103. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/download/14257/9859>. Acessado em: 11 de julho/ 2020.

Recebido em: 17 de dezembro de 2020.

Aprovado em: 20 de dezembro de 2020.